

DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS
Rua Fernando Osório, 1595 – 91720330
www.financasrs.com.br – darcyfcs@terra.com.br. Fone 33185656
Celular e whats-up: 519-99590967

=====

Orçamento federal – esse desconhecido

Este texto contém uma pequena análise do orçamento do governo federal para 2024, ignorado pela quase integralidade dos brasileiros, até por aqueles que por um dever de ofício, deveriam conhecê-lo.

Além de serem poucos os que o leem, ainda há aqueles que o interpretam de má-fé, como é o caso da Auditoria Cidadã da Dívida, que usam seu total para estabelecer comparações, quando mais da metade são novas operações de crédito e refinanciamento da dívida pública, distorcendo, com isso, os percentuais de aplicação de recursos, por elevarem o denominador e, em consequência, os indicadores apurados.

Mas, vamos aos números:

A Tabela 1 apresenta a composição do orçamento federal para 2024, num total de R\$ 5,4 trilhões. Como PIB será em torno de R\$ 11,2 trilhões, do que ele corresponderá a 48,1% do mesmo. Sendo a participação da União na carga tributária nacional é de 26,4%, como poderia ter um orçamento dessa dimensão?

Tabela 1. Composição do orçamento do governo federal, 2024

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MILHÕES	%
Receita que fica com a União	2.282.258,0	42,33
Estados e municípios - repartição da receita	546.231,0	10,13
Operações oficiais de crédito	85.992,0	1,59
Dívida pública federal	2.477.406,0	45,95
TOTAL	5.391.887,0	100,00
PIB nominal 2024 (estimado)	11.200.000,0	
Relação orçamento/PIB	48,1%	
Tributos da União/PIB	26,4%	

FONTE: Proposta Orçamentária para 2024, Volume I.

A resposta está no fato de R\$ 2,563 trilhões (R\$ 2.477 bilhões + 86 bilhões) serem operações de crédito, das quais R\$ 1.736 bilhões serem **simples**

rolagens, ou troca de títulos vencidos ou a vencer no exercício por títulos vincendos.

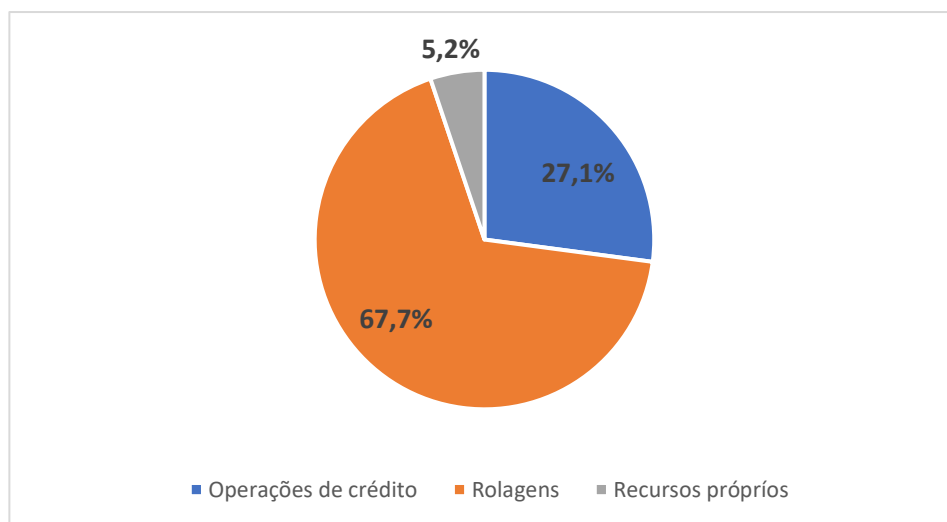
Desse total, 67,7% são simplesmente rolagens, 27,1% pagos com recursos de novas operações de crédito, restando 5,2% de pagamentos com recursos próprios, oriundos de rendimentos das disponibilidades do Tesouro, alienação de bens; amortização de empréstimos (Tabela 2 e Gráfico 1).

Tabela 2. Como será paga a dívida federal em 2024

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhões	%
Despesa com a dívida	2.477.406,0	96,6%
Operações oficiais crédito	85.992,0	3,4%
Subtotal	2.563.398,0	100,0%
Operações crédito+ rolagens	2.431.152,0	94,8%
Recursos próprios	132.246,0	5,2%

FONTE: Proposta Orçamentária para 2024, Volume I.

Gráfico 1. Como será paga dívida federal em 2024



FONTE: Proposta Orçamentária para 2024, Volume I.

Outro dado importante no tocante ao endividamento é que as operações de crédito (rolagens mais novas operações) que foram de R\$ 1,558 trilhões em 2022, estão previstas em R\$ 2,431 trilhões para 2024, superando em R\$ 873 bilhões ou 56%.

O demonstrativo de resultado primário prevê R\$ 649 bilhões de juros para 2024. Comparado com 2022, eles correspondem a um crescimento nominal de R\$ 146 bilhões ou 29% a mais.

Resultados primários de 2022 e 2024 comparados

A Tabela 3 apresenta a composição do superávit primário de 2022 e 2024: Deixamos de comparar com o de 2023, por ainda ser objeto de estimativa.

Tabela 3. Principais grupos de despesa em 2022 e 2024
Em R\$ milhões nominais

	2022	2024	VARIAÇÃO	VAR.%
RECEITA LÍQUIDA	1.856.101,60	2.191.224,3	335.122,70	18,1%
DESPESAS	1.801.997,9	2.188.383,4	386.385,5	21,4%
Benefícios previdenciários	796.976,6	913.940,2	116.963,6	14,7%
Pessoal e encargos sociais	337.942,0	380.219,7	42.277,7	12,5%
Outras despesas obrigatórias	295.793,0	361.823,8	66.030,8	22,3%
Despesas P. Executivo sujeitas a prog.finaneira	371.286,3	532.399,7	161.113,4	43,4%
Obrigatórias com controle de fluxo	219.143,8	358.125,6	138.981,8	63,4%
Discricionárias	152.142,5	174.274,1	22.131,6	14,5%
PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL	54.103,7	2.840,8	- 51.262,9	-94,7%
Resultado do Tesouro	315.370,4	284.366,8	- 31.003,6	-9,8%
Resultado da Previdência Social	-261.266,7	-281.526,0	- 20.259,3	7,8%

FONTE: Proposta Orçamentária para 2024, Volume I.

Quadro 10.A - Resultado primário do Governo Central

Em nosso entendimento, esta previsão de crescimento nominal de 18,1% da receita líquida em relação a 2022 está muito otimista, a despeito da carga tributária que será aumentada, pelo seguinte, comparando com a reprogramação, a receita líquida de 2023 deve crescer R\$ 53 bilhões sobre 2022. É muito otimismo pensar que em 2024 vá crescer R\$ 282 bilhões (Quadro 10-A do Volume I da Proposta).

Se a despesa corresponder ao que está previsto, a receita sendo frustrada, o déficit será bem maior. Os benefícios previdenciários, que cresceram 12,6% até outubro de 2023, devem crescer mais do que o previsto, em virtude do crescimento vegetativo acoplado ao crescimento do PIB, que será o índice de

reajuste do salário mínimo, a que está vinculada a metade da despesa federal. Ademais, se crescer a receita corrente, parte desse crescimento vai para as participações dos entes subnacionais e para as vinculações.

Despesa orçada para 2024 por destinações

A Tabela 4 traz uma síntese das 51 destinações do orçamento federal para 2024. Os ministérios da Previdência, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde, os três maiores, nessa ordem que compõem a Seguridade Social, ficarão com 63,26% dos recursos do orçamento ou R\$ 1.448 bilhões.

As 11 destinações seguintes, ficam com R\$ 618,5 bilhões, com 28% do orçamento. O restante 40 destinações, fica com 195,4 bilhões ou 8,56%.

Isso prova quanto o orçamento federal é canalizado para a Seguridade Social e, ainda dizem que esqueceram do social (Tabela 4).

Os investimentos estão previstos em R\$ 143,5 bilhões, sendo apenas R\$ 917,6 milhões com operações de crédito (Anexo III da Proposta). Até outubro foram pagas despesas no valor de R\$ 41,8 bilhões, incluindo orçamentário (R\$ 19 bilhões) e restos a pagar.

Emendas parlamentares e fundo eleitoral

Segundo a imprensa, serão canalizados para as emendas parlamentares R\$ 53 (site do UOL) bilhões e mais R\$ 4,9 bilhões para fundo eleitoral, totalizando **R\$ 57,9 bilhões**. Isso é igual às dotações de 28 órgãos federais (55%) somadas (Tabela 6). Outro dado estarrecedor é o fato de a soma das dotações para **13 órgãos de elite**, tais como Senado, Câmara Federal, STF, Superior Tribunal de Justiça, TCU, Banco Central entre outros, especificados na Tabela 5, ser de R\$ 45,2 bilhões. **A soma dessas duas anomalias, se fosse um órgão, ficaria em oitavo lugar entre os 51 constantes do orçamento para 2024, igual ao Ministério do Transportes.**

Tabela 4. Síntese do orçamento federal para 2024

	ESPECIFICAÇÃO	R\$ MILHÕES	%	ACUM.%
1	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	935.203,0	40,98	40,98
2	MIN. DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	281.765,0	12,35	53,32
3	MINISTÉRIO DA SAÚDE	231.331,0	10,14	63,46
	DEMAIS 8 UNIDADES	1.448.299,0	63,46	
4	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	180.581,0	7,91	71,37
5	MINISTÉRIO DA DEFESA	126.147,0	5,53	76,90
6	MINISTÉRIO DO TRABALHO	111.455,0	4,88	81,78
7	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	72.738,0	3,19	84,97
8	MINISTÉRIO DOS TRANSP., PORTOS E AV.CIVIL	57.406,0	2,52	87,48
9	MINISTÉRIO DA FAZENDA	33.578,0	1,47	88,96
10	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.631,0	1,30	90,25
11	JUSTIÇA DO TRABALHO	26.975,0	1,18	91,44
	Soma demais Unidades	638.511,0	27,98	
40	DEMAIS 40 UNIDADES MENORES DE 1%	195.448,0	8,56	
	TOTAL GERAL	2.282.258,0	100,00	

FONTE: Proposta Orçamentária para 2024, Volume I.

A Tabela 5 é composta pelos órgãos de elite do orçamento, conforme nela especificados. São 14 destinações e comprometam R\$ 61,4 bilhões ou 2,69% do orçamento. Merece destaque a dotação para a Justiça Eleitoral, de R\$ 11,8 bilhões, ficando na 16ª posição no orçamento, com uma fatia de 0,52%, maior que 26 destinações do orçamento. Deve ter sido inflada pelo fundo **eleitoral** para o que foram destinados R\$ 4,9 bilhões.

Tabela 5. Órgão de elite do governo federal

ORDEM	DESTINAÇÕES	R\$ MILHÕES	%
1	JUSTIÇA FEDERAL	16.157,0	0,71
2	JUSTIÇA ELEITORAL	11.807,0	0,52
3	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	4.457,0	0,20
4	BANCO CENTRAL DO BRASIL	4.151,0	0,18
5	JUSTIÇA DO DF E DOS TERRITÓRIOS	3.845,0	0,17
6	CÂMARA DOS DEPUTADOS	8.035,0	0,35
7	SENADO FEDERAL	5.916,0	0,26
8	TCU	2.850,0	0,12
9	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.105,0	0,09
10	STF	898,0	0,04
11	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	759,0	0,03
12	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	298,0	0,01
13	CONSELHO NACIONAL DO MIN.PÚBLICO	116,0	0,01
14	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	15,0	0,00
	TOTAL	61.409,0	2,69
Soma de 2 a 14 (exceto a Justiça Federal)		45.252,0	

FONTE: Proposta Orçamentária para 2024, Volume I.

NOTA: A Justiça Eleitoral ocupa a 16ª posição entre as destinações. Deve estar incluindo a verba eleitoral de R\$ 4,9 bilhões.

Tabela 6: Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	Milhões	Em %	Acum.%
1	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	935.203,0	40,98	40,98
2	MIN.DESENV.SOCIAL E COMBATE A FOME	281.765,0	12,35	53,32
3	MINISTÉRIO DA SAÚDE	231.331,0	10,14	63,46
4	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	180.581,0	7,91	71,37
5	MINISTÉRIO DA DEFESA	126.147,0	5,53	76,90
6	MINISTÉRIO DO TRABALHO	111.455,0	4,88	81,78
7	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	72.738,0	3,19	84,97
8	MINISTÉRIO DOS TRANSP., PORTOS E AV.CIVIL	57.406,0	2,52	87,48
9	MINISTÉRIO DA FAZENDA	33.578,0	1,47	88,96
10	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.631,0	1,30	90,25
11	JUSTIÇA DO TRABALHO	26.975,0	1,18	91,44
12	MINISTÉRIO DAS CIDADES	20.986,0	0,92	92,36
13	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEG.PÚBLICA	20.417,0	0,89	93,25
14	JUSTIÇA FEDERAL	16.157,0	0,71	93,96
15	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOL. E COM.	12.421,0	0,54	94,50
16	JUSTIÇA ELEITORAL	11.807,0	0,52	95,02
17	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PEC. E ABAST.	10.502,0	0,46	95,48
18	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	9.370,0	0,41	95,89
19	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	8.861,0	0,39	96,28
20	CÂMARA DOS DEPUTADOS	8.035,0	0,35	96,63
21	MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO E SP	6.614,0	0,29	96,92
22	SENADO FEDERAL	5.916,0	0,26	97,18
23	MIN.DESENV.AGRÁRIO E AGRIC.FAMILIAR	5.680,0	0,25	97,43
24	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	5.448,0	0,24	97,67
25	MIN.DE PORTOS E AERCOPORTOS	5.416,0	0,24	97,90
26	MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES	4.772,0	0,21	98,11
27	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	4.457,0	0,20	98,31
28	BANCO CENTRAL DO BRASIL	4.151,0	0,18	98,49
29	JUSTIÇA DO DF E DOS TERRITÓRIOS	3.845,0	0,17	98,66
30	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	3.646,0	0,16	98,82
31	MINISTÉRIO DO PLANEJ. E ORÇAMENTO	3.390,0	0,15	98,97
32	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	3.360,0	0,15	99,12
33	MINISTÉRIO DA CULTURA	3.310,0	0,15	99,26
34	MINISTÉRIO DA IND. COM. E SERVIÇOS	2.890,0	0,13	99,39
35	TCU	2.850,0	0,12	99,51
36	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.105,0	0,09	99,60
37	MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÕES	1.983,0	0,09	99,69
38	MINISTÉRIO TRANSP. E CONTROL. DA UNIÃO	1.392,0	0,06	99,75
39	STF	898,0	0,04	99,79
40	MIN.DOS POVOS INDÍGENAS	856,0	0,04	99,83
41	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	762,0	0,03	99,86
42	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	759,0	0,03	99,90
43	MINISTÉRI DO ESPORTE	608,0	0,03	99,92
44	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS	412,0	0,02	99,94
45	MI. DA PESCA E AQUICULTURA	301,0	0,01	99,95
46	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	298,0	0,01	99,97
47	MINISTÉRIO DO TURISMO	271,0	0,01	99,98
48	MINITÉRIO DAS MULHERES	208,0	0,01	99,99
49	MIN. DA IGUALDADE RACIAL	163,0	0,01	99,99
50	CONSELHO NACIONAL DO MIN.PÚBLICO	116,0	0,01	100,00
51	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	15,0	0,001	100,00
	TOTAL GERAL	2.282.258,0		

FONTE: Proposta Orçamentária para 2024, Volume I, Anexo II.

CONCLUSÃO

O orçamento federal para 2024 é de R\$ 5,4 trilhões. Ele corresponde a 48,1% do PIB. Quase a metade dele é formada por dívidas (de refinanciamentos e novas operações de crédito). O que corresponde a receita efetiva, a que fica com a União, é R\$ 2.258 bilhões ou 42,3% do total, depois da dedução das transferências aos entes subnacionais (10,1%).

Para um total de despesa com a dívida de R\$ 2,563 trilhões, 67,7% serão pagos por rolagens, 27,1% por novas operações de crédito e apenas 5,2% com recursos próprios, que são receitas eventuais, como remuneração das disponibilidades do Tesouro; alienação de bens e amortização de empréstimos, entre outras.

Os juros deverão ser R\$ 649 bilhões ou 29% superior a 2022. As operações de crédito, ao passarem de R\$ 1,558 trilhões em 2022, para R\$ 2,431 trilhões em 2024, terão um aumento de R\$ 873 bilhões ou 56%, em dois anos. São praticamente todas para pagar a dívida.

O resultado primário está previsto em 2,8 bilhões em 2024, com uma grande queda em relação a 2002, que já foi baixo, quando alcançou R\$ 54,9 bilhões. Há, no entanto, indicativos de déficit bastante significativo. Não havendo superavit, a dívida continuará crescendo.

A dívida líquida do setor público passou de 57,1% do PIB em dezembro/2022 para 60,0% em setembro/2023. No mesmo período a Dívida Bruta do Governo Geral passou de 72,9% para 74,4% do PIB.

Do orçamento federal 63,5% são da Seguridade Social, sendo 41% Previdência; 12,4% Desenvolvimento Social e Combate a Fome e 10,1% Saúde.

A Justiça Eleitoral, com uma dotação de R\$ 11,8 bilhões; e com 0,52% do total, está inflada com **R\$ 4,9 bilhões do fundo eleitoral**.

Segundo a imprensa, serão canalizados para as **emendas parlamentares R\$ 53 bilhões e mais R\$ 4,9 bilhões para fundo eleitoral, totalizando R\$ 57,9 bilhões**. Isso é igual às **dotações para 28 órgãos federais (55%) somadas**. Outro dado estarrecedor é o fato de a **soma das dotações para 13 órgãos de elite**, tais como Senado, Câmara Federal, STF, Superior Tribunal de Justiça, TCU, Banco Central entre outros, ser de **R\$ 45,2 bilhões**. A soma das duas anomalias citadas (emendas e fundo eleitoral), se fosse um órgão, ficaria em

oitavo lugar entre os 51 constantes do orçamento para 2024, igual ao Ministério do Transportes.

Isso é o absurdo dos absurdos, uma situação dessas não poder ter continuidade. Os senhores parlamentares que me desculpem, não estão pensando no Brasil, que caminha a passos largos para a derrocada.

Porto /Alegre, 23 de dezembro de 2023.